

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 11128.002411/94.82
SESSÃO DE : 20 de maio de 1997
ACÓRDÃO Nº : 301-28.364
RECURSO Nº : 117.608
RECORRENTE : MICROSERVICE MICROFILMAGENS E REPRODUÇÕES
TÉCNICAS LTDA.
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

II e IPI - CLASSIFICAÇÃO TARIFARIA.

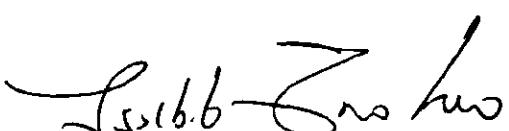
Filmes Fotográficos da posição NBM 3702, não perfurados, que não sejam destinados para Raio X, nem permitem revelação e copiagem instantâneas, enquadram-se na sub-posição 3702-3.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por maioria votos, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir a multa do II e IPI, vencida a Conselheira Márcia Regina Machado Melaré que excluía apenas a multa do art. 4º da Lei 8.218/91 e TRD no período de fevereiro a agosto de 1991, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 20 maio de 1997


MOACYR ELOY DE MEDEIROS
Presidente


ISALBERTO ZAVÃO LIMA
Relator

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Coordenação-Geral da Representação Extrajudicial
da Fazenda Nacional
Em: _____/_____/_____


08 SET 1997 LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Procuradora da Fazenda Nacional

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: LUIZ FELIPE GALVÃO CALHEIROS, LEDA RUIZ DAMASCENO e MARIA HELENA DE ANDRADE (Suplente). Ausentes os Conselheiros: FASUTO DE FREITAS E CASTRO NETO, JOÃO BAPTISTA MOREIRA e MÁRIO RODRIGUES MORENO. Fez sustentação oral o advogado Dr. MARCOS FERREIRA DA SILVA, OAB/24.260/SP.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CAMARA

RECURSO Nº : 117.608
ACÓRDÃO Nº : 301-28.364
RECORRENTE : MICROSERVICE MICROFILMAGENS E REPRODUÇÕES
TÉCNICAS LTDA
RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP
RELATOR(A) : ISALBERTO ZAVÃO LIMA

RELATÓRIO

Em Ato de Revisão Aduaneira, foi lavrado auto de infração contra a empresa, baseado em erro de classificação fiscal (folhas 01 a 11).

Cobradas diferenças do II e IPI, acrescidas de multa de 100%, art. 4º, I, Lei 8.218/91 e art. 364, II do RIPI. Tratam-se de Filmes de nome comercial “FUJI HR-II” de diversos tipos quanto a largura e tamanho.

Na descrição dos fatos, à folha 02, a autora do feito informou:

1. que a interessada, através das DI's 041.860/93 e 063.622/93, importou vários lotes de filmes para microfilmagem, classificando-os erroneamente, em diversos códigos tarifários com alíquota de 0%. Foram reclassificados para a posição 3702.3, diversos itens, alíquotas de 20% do II.

2. que, de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, os filmes não perfurados, que não sejam para raios X ou de revelação e copiagem instantâneas, classificam-se nas subposições 3702.3 e 3702.4, o que foi confirmado pelo Despacho Homologatório Cosit 176/93.

Abaixo, mapa-resumo das importações em questão:

D.I	Adição	Classificação fiscal segundo a impugnante	Classificação fiscal dada pela AFTN autuante
041.860/93	001	3702.56.0000	3702.39.0000
	002	3702.92.0000	3702.32.0000
	003	3702.94.0000	3702.32.0000
	004	3702.56.0000	3702.39.0000
063.622/93	001	3702.92.0000	3702.32.0000
	002	3702.94.0000	3702.32.0000

Tempestivamente, a importadora protocolou impugnação ao auto de infração (folhas 56 a 105)afirmando que.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.608
ACÓRDÃO N° : 301-28.364

1. a mudança de critério jurídico não autoriza a revisão do lançamento, ou seja, da declaração de importação;

2. é inadmissível a lavratura de auto de infração em decorrência de revisão de Declaração de Importação, sob o pretexto de ser outra a classificação tarifária, com alíquota maior que a adotada por ocasião da conferência e desembaraço da mercadoria.

3. a DI 041.860/93, com 4 adições, foi rigorosamente conferida, operando-se sua liberação e o desembaraço da mercadoria sem qualquer espécie de problema quanto à natureza, quantidade, valor, estado e pesos bruto e líquido dos produtos importados;

4. muito tempo após a importação ter sido consumada, exauridos os fatos geradores e formalizada a homologação de ambos os lançamentos, com o desembaraço das DI's 041.860/93 e 063.622/93, aconteceu a autuação, determinando que outra seria a classificação tarifária;

5. o problema surgiu com uma manobra da multinacional Kodak, "inventando" que, não sendo perfurados os filmes, seria outra a classificação tarifária, com alíquota de 20% para o imposto de importação;

6. a afirmativa da AFTN autuante, de que filmes não perfurados, que não sejam para raios X ou de revelação e copiagem instantâneas, classificam-se nas subposições 3702.3 e 3702.4, não é verdadeira;

7. desde 1.990 ou antes, um texto de atualização das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, editado pelo Conselho de Cooperação Aduaneira, com sede em Bruxelas, reafirmou que os filmes a que se referem a Posição 3702 e suas subposições podem apresentar-se perfurados ou não;

8. o Brasil tornou-se signatário, em 31/10/86, da Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, tendo acertado uma nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, ajustada com o referido Sistema, que passou a vigorar em 1.989;

9. de maneira alguma a União Federal, através da lei ou de diplomas expedidos pelo Presidente da República ou por autoridades governamentais subalternas, poderá editar normas que contrariam disposições de tratado, convênio, acordo, convenção, etc.;

10. acima de tudo, as NESH vêm reafirmando que os filmes da posição 3702 e suas subposições podem apresentar-se perfurados ou não e os filmes dessa posição sempre foram entendidos na comunidade nacional e internacional com a particularidade de inexistir relevância alguma para o fato de serem ou não perfurados;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.608
ACÓRDÃO N° : 301-28.364

11. o código 3702.32.0000 visa, basicamente, compreender filmes fora dos padrões internacionais para microfilmagem (16mm e 35mm), que podem ser cortados em três larguras se 35mm e, simultaneamente, deixados não perfurados, ou perfurados, conforme a máquina utilize um ou outro tipo;

12. essa posição atende aos interesses exclusivos da Kodak, cujas importações vêm da Kodak do México e são tributadas com 0%, por ser este país membro da Aladi;

13. para “aniquilar” a Microservice, a Kodak achou melhor contar com Nelcy Nazzari, ex-AFTN que atua fundamentalmente com casos que tramitam pela Delegacia Fazendária da polícia Federal, e com José Lence Carlucci, que chegou a exercer a função de Coordenador-substituto do Sistema Aduaneiro, com muitas amizades em repartições alfandegárias e outros setores do Ministério da Fazenda, incluindo a Superintendência Regional da Receita Federal na 8ª Região;

14. as suposições da posição 3702 têm como primeiro ponto a ser considerado a destinação do uso como por exemplo, “para raios X”, “de revelação e copiagem instantâneas”, etc.

15. quando não há indicação de uso ou da característica do filme, a TAB utiliza, supletivamente, como fator diferenciador para classificação, as dimensões de largura e comprimento. A TAB não diz quando um filme é perfurado ou não, nas posições específicas. A TAB vale-se dessa particularidade nos títulos supletivos, como acontece nas posições 3702.3 e 3702.4;

16. se o aspecto de ser ou não perfurado fosse determinante a classificação, cada posição especificaria que se trata de filme não perfurado que determina sua classificação;

17. as posições 3702.10 e 3702.20, em seus diversos itens, nada falam sobre serem ou não perfurados os filmes “para raios X” ou os “filmes de copiagem e revelação instantâneas”.

18. a posição 3702.3 (“outros filmes, não perfurados, de largura não superior a 105mm”) é supletiva em relação às posições anteriores, não sendo, de forma alguma, supletiva em relação às posições posteriores;

19. que os filmes importados pela Microservice são abrangidos em códigos específicos de posições posteriores, que também silenciam sobre o fato de os filmes serem ou não perfurados. E, necessariamente, têm de ser enquadrados nos códigos específicos existentes na TAB/SH;

20. que os senhores Nazzari e Carlucci conseguiram iludir, como mandatários da Kodak, o pessoal da Coplanc em São Paulo e a Divisão de Tributação da Superintendência Regional da Receita Federal da 8ª Região, que deu resposta a

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.608
ACÓRDÃO N° : 301-28.364

consulta feita pela empresa-fantasma Samher Hernandez, cujas indagações foram redigidas de modo a que resultasse na indicação de códigos que atendem apenas aos interesses da Kodak.

A ação fiscal foi julgada procedente em primeira instância, conforme Decisão nº DRJ/SP 913/95.

Inconformada, a empresa apresentou recurso voluntário a este Colegiado aduzindo o seguinte:

Evitando alongamento e repetições fastidiosas, a autuada reporta-se *ipsis litteris* a todo o alegado em sua impugnação à exigência fiscal, para que conste como razões deste recurso.

Alega que na impugnação à exigência fiscal, a peticionária exauriu a matéria de fato e de direito, e a decisão de 1º grau, *data maxima venia*, é por demais lacônica, equivocada, omitindo-se sobre pontos relevantes de direito e de fato.

A D.I. nº 041.860/93 (às fls. 13-20) fôra conferida a desembaraçada pela própria Sra. NORMA DE FREITAS S CERQUEIRA, em 12-07-1.993, sua senhoria examinou e reexaminou a D.I. à saciedade, liberando-a e, simultaneamente, desembaraçando a mercadoria. Para isto, adotou um critério jurídico, concluindo que tudo estava (e está) certo, especialmente as classificações tarifárias respectivas às adições, nestas contidos os dados essenciais das mercadorias.

Um ano e quatro meses depois desse desembaraço, reaparece a própria Sra. NORMA DE FREITAS CERQUEIRA para, com adoção de outro critério jurídico, mandar “as favas” seu anterior desembaraço, e lavrar auto de infração!!!

No presente caso, de revisão de D.I.s antes normalmente liberada, é inadmissível cogitar da imposição de multa, por divergência de classificação tarifária.

As mercadorias foram perfeitamente discriminadas, indicando-se as respectivas classificações, acolhidas pelo Grupo de Análise Documental (GAD) e, por fim, pelo AFTN que realizou a conferência física e o subsequente desembaraço aduaneiro.

Em tal situação inexiste tipicidade fiscal-penal para a impugnação de multas.

Do exposto e fazendo suas todas as considerações constantes do parecer do Prof. OSIRES DE AZEVEDO LOPES FILHO (doc. 1 em anexo), a peticionária aguarda seja dado integral provimento ao recurso decretando-se a improcedência da exigência fiscal e a reforma da decisão recorrida, por ser de Direito e de Justiça.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.608
ACÓRDÃO N° : 301-28.364

VOTO

A Decisão nº913/95 tem a seguinte ementa:

“I.I. e I.P.I.- erro de classificação fiscal. Filmes fotográficos da posição 3702, não perfurados, que não sejam destinados para raios X nem permitem revelação e copiagem instantâneas, enquadram-se na subposição 3702.3, por força das Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado 1 e 3A.

Ação fiscal procedente.”

A empresa recorrente não trouxe elementos concretos que pudessem modificar a decisão acima referida. A análise da autoridade julgadora de primeira instância está correta e, por isto, transcrevo alguns trechos e a estes incorporo alguns fundamentos:

“O auto de infração, lavrado pela autora do feito, foi emitido após procedimento definido pelo artigo 455 do Regulamento Aduaneiro, segundo o qual Revisão Aduaneira é o ato pelo qual a autoridade fiscal, após o desembaraço da mercadoria, reexamina o despacho aduaneiro, com a finalidade de verificar a regularidade da importação ou exportação quanto aos aspectos fiscais, e outros, inclusive o cabimento de benefício fiscal aplicado.”

A alegação da empresa, de que ocorreu mudança de critério jurídico, não encontra apoio nos autos. Aliás, não existe menção, em parte alguma deste processo, a eventuais peças de legislação que, tendo sido alteradas, hajam influenciado a lavratura do auto.

Quanto à questão significativa da controvérsia em análise, a adequada classificação da mercadoria importada, passamos a ressaltar os aspectos mais importantes.

As NESH, de fato, informam que os filmes da posição 3702 podem apresentar-se perfurados ou não, mas esta circunstância em nada ajuda a defesa da empresa, como veremos a seguir.

O núcleo da discordância da importação, em termos de classificação tarifária, consiste em enfatizar que selecionou posições mais específicas, para suas importações, que as escolhidas pela AFTN autuante.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 117.608
ACÓRDÃO N° : 301-28.364

Entretanto, um exame das subposições da posição 3702 mostra, muito claramente, que todas elas, a partir da subposição 3702.3, são supletivas em relação às precedentes.

Apenas para tornar visível a assertiva do parágrafo anterior, estão juntadas, às folhas 107 a 109, cópias das páginas da TAB que contêm as dos dados atinentes a essas subposições.

Os textos das subposições 3702.3, 3702.4, 3702.5 e 3702.9 evidenciam sua característica de supletividade, pois começam com a expressão “outros”, deixando claro que, se dada mercadoria é descrita fielmente em uma dessas subposições, não tem cabimento procurar, mais adiante, numa outra ainda mais residual, uma melhor descrição.

No caso em foco, a autora do feito, apropriadamente, indicou a subposição que, acuradamente, descreve os produtos importados, já que os filmes não são “filmes para raios “X” (3702.10), não são “filmes de copiagem e revelação instantâneas”(3702.20), e são “filmes, não perfurados, de largura não superior a 105mm” (3702.3).

Apenas se os produtos fossem incompatíveis com a descrição da subposição 3702.3 deveria a AFTN autuante procurar mais à frente, em outras subposições supletivas a esta, uma descrição mais adequada.

A vista das conclusões anteriores, evidencia-se a plena harmonia entre a legislação tributária interna, especialmente o Despacho homologatório Cosit (Dinom) 176/93, com o texto das convenções e tratados internacionais citados pela contribuinte.

A respeito das acusações que a impugnante fez a várias pessoas e entidades, deixo de me manifestar, por fugirem elas ao escopo desta decisão.”

Evidentemente, consistente a decisão da autoridade julgadora “a quo”.

Indevida, porém, a cobrança das multas de ofício, vez que as mercadorias foram descritas de forma satisfatória nos Documentos de Importação, não se configurando, em momento algum, intuito doloso ou de Má-fé por parte da Importadora.

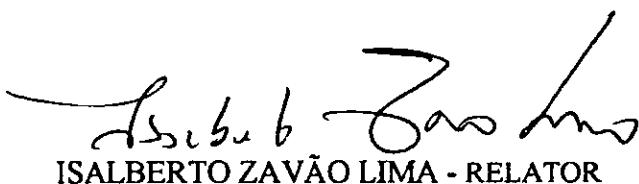
Ademais, quanto ao II, a legislação indicada no Auto contempla várias hipóteses de infringência, que só poderia ser aplicada, “in casu”, se especificado o fato-espécie correspondente. Fere desta forma, o princípio da tipicidade que deve, obrigatoriamente, ser obrigado, tal como no direito penal, na apenação das transgressões à legislação tributária.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 117.608
ACÓRDÃO Nº : 301-28.364

Em vista dos argumentos supra, dou provimento parcial ao Recurso para apenas retirar as multas "de ofício" do IPI e do II.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1997



Isalberto Zavão Lima

ISALBERTO ZAVÃO LIMA - RELATOR